

ALVORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 272 do 6.º Ano—N.º 22

Editor, Abel de Vasconcelos Cardozo

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da República

Guimarães, 10 de Fevereiro de 1916

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesse

O "ZÉ POVO,"!

Há ainda nestes tempos de estuante democracia uma coisa que o povo soberano ainda não faz sem receio, sem acanhamento. É a sua entrada numa repartição pública. Para o povo soberano o dia em que tem de ir à repartição, é um dia de cólicas e de sérias apreensões. Bem se lhe pode dizer que a repartição pública é pertença de nós todos, que os seus empregados, são apenas serventúrios de nós todos. O povo soberano, porém, não compreenderá aqueles que assim lhe falam, não abandonará, enfim, o seu ancestral acanhamento.

A pecha tem raizes no espirito de servidão e de ignorância em que o povo soberano tem sido tratado. O mandarinato, cujo exemplar perfeito encarnou no célebre tipo nacional do Capitão-Mór, ainda nestes tempos de estuante democracia impera. Não há quem guie o povo senão para o explorar, para o subordinar, para o manietar. Não há quem o ilucide, quem o aconselhe, quem o esclareça. Há apenas quem o explore: ou na gorgeta, ou no voto. O povo soberano sabe isso e retrai-se. Aperta o casaco e só pelo cabelleiro entra numa repartição.

«Em harmonia com a moderna idea do Estado—escreve Nordau—o empregado deve ser um mandatário do povo, do qual recebe ordenados, poderes, considerações e lugar. O empregado, segundo este critério, deveria julgar-se sempre um servidor da nação e para com esta responsável; deveria ter sempre presente no espirito que é nomeado para olhar pelos interesses dos particulares, que estes não podem fiscalizar com segurança nem facilidade. Nunca deveria esquecer que, teóricamente, a nação tem tanta necessidade dele como uma casa dum criado, pois que um individuo, que pode engraxar as botas e ir buscar uma bilha d'água, poderia também tratar dos seus negócios administrativos, pelo que também nunca deveria esse empregado esquecer-se de que, se lhe dão que fazer e lhe pagam, é unicamente pela divisão do trabalho e pe-

las vantagens desta resultantes. Mas, na realidade, o empregado público não se considera o servidor, mas o dono do povo.....

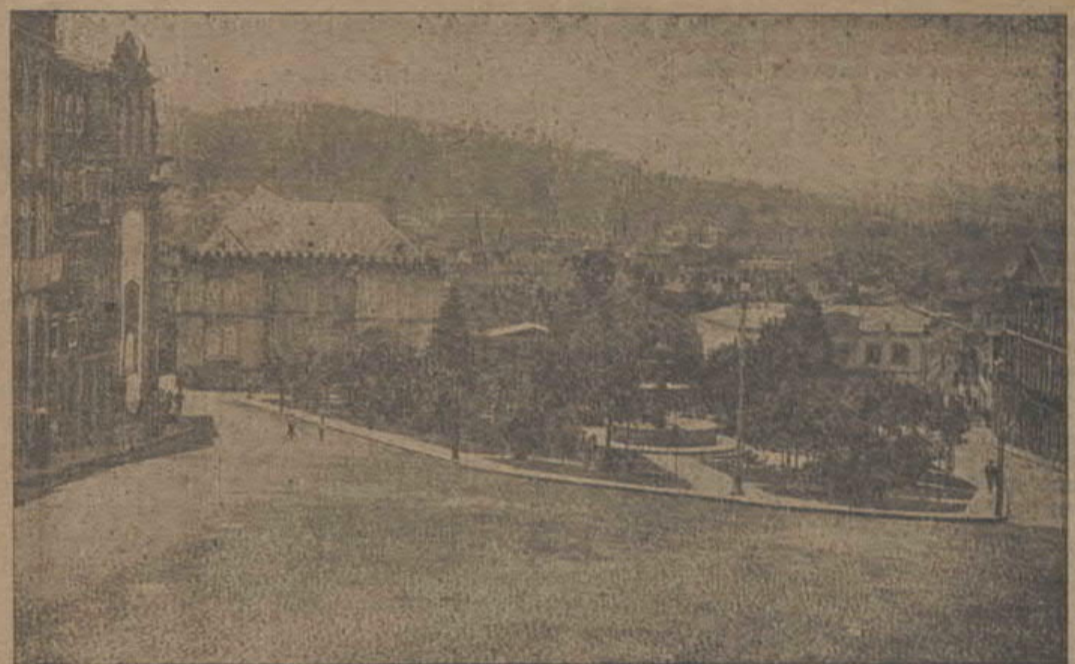
«O escriba que numa repartição trata bruscamente quem teve de comparecer à sua presença, é o herdeiro do preboste ou alcaide, que um despota, nos séculos das trevas, collocava acima do seu povo de escravos, para os manter na obediência, com o auxilio do chicote... O empregado... julga-se acima dos governados. Sendo estes o rebanho de que o chefe de Estado é o pastor, o empregado público atribue-se as funções de cão de guarda. Tem direito de ladrar e morder, e os carneiros devem aturá-lo. E, na verdade, os carneiros aturam-no!...»

Assim discorre na sua obra «Mentiras Convencionais da Nossa Civilização» o brilhante espirito de Max Nordau. «Há na falange dos empregados excepções? Sem dúvida. O empregado público é, por via de regra, o que é o seu chefe. Se este é atencioso para com o povo, o empregado vê-se na contingência de o copiar. Tal árvore, tal fruto. Tal chefe, tais empregados. Nem sempre? E' certo; nem sempre esta regra se verifica, e é pena... Porisso o povo soberano tem cólicas todas as vezes que tem de ir a uma repartição.

E, coisa de notar! Este medo, este embaraço da sua vida de cidadão, continua ainda diante do primeiro agente que lhe fala de imposto, relaxe, juro de mora, multa ou fisco. Ai, o agente do fisco! E' um olho voracissimo que o segue para toda a parte; é um braço de ferro que lhe tolhe todos os movimentos; é uma praga maldita que o não largará—nem no inferno, porque é o próprio espectro do diabo a rir da sua impotência e da sua fraqueza perante essa coisa avassalante que o derreia: o fisco!

Contudo o povo é soberano e Soberano 1.º—embora o lápis insigne de Bordalo o caracterizasse de Zé Povinho, «o da albarda».

Largo
de
Francisco
Martins
Sarmento



ECOS

Superstição monárquica

O «Echos...» vem agoirente como um morcego, sem que revele beber azeite.

Besuntado do «santo espirito» da Idade média, ele acredita no poder dos filtros, dos encantamentos, das mandrágoras, na arte da adivinhação, em toda a alquimia, enfim, de Belzebu. Vejam:

Porque o Presidente da República, inaugurando uma avenida no Porto, fêz a cerimonia de arrear a primeira pedra dum edificio que vai ser demolido para o inicio dessa obra—agoiro!

Porque à saída dos devotos da missa régia, na Oliveira, aquela ornamentação da Câmara, que diz Republica Portuguesa, foi arreada—agoiro!

Oh!, criaturas! Que fantasmas povoam esses pobres cacos para assim predizerem tam fatalistamente o futuro?...

Não há que ver. O «Echos...» habilita-se a ser um segundo Bandarra, mesmo sem a atmosfera popular que faz os profetas. Contenta-se, pelo visto, em ler a sina aos pacóvios. Honra a sua intelligência, não haja dúvida, e vai longe no negócio.

Reportagem bifronte

Duma conferência do sr. dr. Alfredo de Magalhães sobre a guerra, recorta a «Liberdade» esta passagem do orador, a qual lhe merece os melhores aplausos:

«...e então francês por nenhuma forma!»

Mas no mesmo jornal, uma columna adiante, reproduz-se es'outra passagem:

«Pela França nós temos profundas simpatias...»

Com a breca! Quem meterá aqueles pés... de sécia, nestas botas de Napoleão? O orador, com certeza, não se responsabilizou pela revisão.

Para a história... da asneira

O presidente da Relação de Lisboa, sabendo que o chefe de Estado iria ali agradecer a visita que lhe fizera a magistratura, participou o facto aos juizes do mesmo tribunal, acrescentando—que a comparência dos mesmos a aquele acto «lhe seria extremamente agradável», a elle presidente da Relação.

Pois senhores: o «Dia» increpa este magistrado por a sua prova de educação e de respeito pelo primeiro funcionário do país, e archiva, diz o órgão, o «documento para a história...»—querendo significar com as suas reticências que quando ela (sic) vier lhe ajustarão as contas.

Simplemente ridiculos! Até já não aturam a prática da boa civildade, só porque é dispensada ao sr. Presidente da República.

Mania

Assevera a diplomacia da «Liberdade» que

«...a República foi reconhecida pelas potências, é certo, mas não o foi ainda pela consciéncia nacional.

Hão de dizer isto... ainda mesmo depois de mortos—tal como o costumam dizer todos os vencidos, visto que a consciéncia nacional, para eles, é, quando muito, a sua própria consciéncia.

Dai se prova que há mentiras que se repetem sinceramente.

Depois de roubado

Um teatro do Porto foi condenado pela comissão técnica. A autoridade transigiu um pouco, ordenando-lhe todavia obras de segurança. Também o nosso Teatro D. Afonso já um dia foi visitado por essa comissão, mas o regulamento dos teatros de 1888 ainda lhe não foi aplicado.

Nem é preciso! Basta apenas que haja ali o primeiro sinistro para logo se pensar a sério... em trancar-lhe as portas ou, resgatando-o da empreza, o municipio tomar conta dele.

Desordem... intelectual

O sr. dr. Alfredo Pimenta fala no «Dia» de desordem pública e diz que o regimen é impotente para a debelar—

«porque lhe falta força e competência e, acima de tudo, autoridade!»

Que bójo! Com que autoridade dirá elle isto, se a autoridade moral já não anda na sua companhia?

Salvê Justiça!

Um director geral, o das colónias, foi demittido do seu alto cargo por abusos cometidos no exercicio das suas funções.

Um director geral!!! Já nos estavamos a desabituar de ver a desentronização destes vice-reis.

Conselho a aplicar

Briand, o ministro primeiro da França, assim falou no seu parlamento:

«Os homens que não tem em que empregar a sua actividade supõem que os negocios públicos são mal conduzidos, só por que eles não fazem parte do governo. O governo deseja governar com prudéncia e sem arbitrio. Peço-lhes que não se entreguem a discussões inúteis que só podem enfraquecer o moral do país.»

Lá, como cá. Todos fora do governo se julgam mais aptos para o substituir, porque todos tem um plano... de ambições, pelo menos, a executar.

Como seríamos felizes se o país se governasse—com tretas!

Monárquicos, ouvi!

Fala o deputado católico Padre Castro Meireles.

«A Igreja Católica vive com qualquer regimen político.

«Não se é republicano nem monárquico por motivos de ordem religiosa.

«...prefiro a República á monarchia que esteve.»

Ouviram bem os monárquicos? Pois então—outra vida amigos! Podem tirar o balandrau do disfarce católico e experimentarem outro... até ver.

GUIMARÃES HÁ 32 ANOS

A Exposição Industrial de 1884

Opinião da imprensa que extraordinariamente visitou esta exposição:

(Comércio do Porto.)
Joaquim de Vasconcelos.

"... Pela nossa parte, confessamos ter experimentado uma surpresa completa... Verdade é que a surpresa não é pequena na própria localidade... Eu creio mesmo que os industriais desta cidade, que a própria comissão executiva não esperava uma prova tão eloquente.

Deixaremos por ora a terceira e quarta sala, que abrangem variados produtos, e entremos na quinta e sexta, que contêm os tecidos de linho—outra glória de Guimarães, que não se contenta com duas coroas e ainda pede a palma do triunfo para a sua cutelaria. Feliz terra, pensamos nós, e abençoado país, diríamos também se houvesse um governo capaz de estender generosamente a mão a essas três netas da nossa antiga indústria nacional! Imagine o leitor 28 expositores de cortumes, 39 expositores de obras de linho, 8 de cutelaria, mas 8 que valem 40; enfim, 8 ourives, apesar da luta perigosíssima porque esta última indústria tem passado, especialmente em Guimarães.

Ao governo há a pedir um novo inquérito às pequenas indústrias, que se podem ver mesmo sem óculos. E façam favor de mandar alguém a Guimarães, ver, ouvir e estudar.

(Comércio Português.)
A. de la Roque.

"Se o concelho de Guimarães foi o berço da monarquia, também o tem sido de muitas e variadas indústrias, segundo se colhe da esplêndida exposição das mesmas que acaba de ser patenteada aos visitantes.

Principiaremos por dizer que foi muito acertada a escolha do local perto da estação do caminho de ferro e bem assim a do edifício onde teve lugar, no antigo palácio dos Srs. condes de Arcochela, cujos salões contíguos uns aos outros permitiram destacar também umas das outras as variadas indústrias do concelho.

Tendo presidido à colocação dos objectos grande critério e bom gosto, pode-se dizer desta exposição que, se não está deslumbrante, está pelo menos à altura de honrar a terra e o país inteiro.

Louvada seja, porém, a livre luz do dia que permite ao concelho de Guimarães caminhar nas suas modestas indústrias através de sendas quasi que obstruídas pelo abandono da quem de há muito as devia cuidar, e louvados sejam os dignos cavalheiros que se empenharam em evidenciar essa vida latente do trabalho, que, como tesouro ignorado, a todo o país surpreendeu.

(Primeiro de Janeiro.)

A Exposição Industrial de Guimarães tem um altíssimo valor, constituiu um resurgimento vigoroso desta apatia física e intelectual em que a nossa bela raça de latinos, de sangue feroz e viva imaginação, parece cair.

A indústria portuguesa, subsidiada pelos recursos naturais do solo e da arte genuinamente nacional, ressurge ali como um protesto; afirma-se, reabilita-se, expulsa todas as lautejoulas e europeias dos novos produtos híbridos e apresenta-se em toda a sua simpleza: "Aqui tem, isto é nosso."

(Folha Nova.)

E aí fica em breve resenha o que é a Exposição de Guimarães, três vezes digna de ser visitada, porque sendo apenas concelhia, ninguém imagina os produtos que encerra, o que é o que vale. E' realmente notável.

(Jornal de Santo Tirso.)

A cidade de Guimarães ali está dando um nobilíssimo exemplo do seu progresso. Apesar da depauperação sucessiva das classes trabalhadoras... essas classes, desajudadas, dão no certamen em que entraram um claro testemunho da sua

Comédia medieval

Segundo reza a história D. Luíza de Gusmão, mulher de D. João IV, disse a este quando os conjurados de 1640 lhe propuzeram a coroa:—«Aceitai D. João: excelente coisa é morrer rei, ainda que não seja senão por um quarto de hora!»
Análogo apêlo se diz que fizera

vitalidade. Que nos mostrem, que nos apresentem, se o podem, uma Exposição tão complexa, tão perfeita e tão variada, em concelho sempre desconsiderado pelos poderes públicos!

(Folha da Tarde.)

"Lastimamos que as modestas dimensões do nosso jornal... não permitam notícia desenvolvida; mas nada perdemos os honrados artistas vimezanenses, porque do assunto se occuparam já proficilmente os principais jornais do país, que foram unânimes no louvor merecido por aqueles que fazem do ócio bom uso e do suor fonte de receita e riqueza nacional."

(Imparcial de Coimbra.)

"Nada ali falta... Tndo atesta a indole, bom gosto e génio laborioso daquela formosa filha do Minho, nobre por tantos títulos, nobilíssima pelas conquistas da indústria e do trabalho..."

A Exposição de Guimarães será uma nova época na história do desenvolvimento, progressos, vida activa e laboriosa da cidade mais industrial do Minho."

(Vida Moderna.)

"Guimarães, tam desprotegida e descuidada dos poderes públicos, e os nossos industriais sem educação própria, sem instrução profissional exibem os seus productos... duma maneira brilhante e gloriosa, que nada deixa a desejar, e que, na expressão dalguns visitantes estranhos, apreciadores imparciais, era digna de ser distrital, apesar de ser sómente concelhia."

(Ilustração Universal.)

A Exposição Industrial de Guimarães merece um estudo especial e um exame minucioso, porque há nela exemplares primorosos e bem acabados, e que podem ser considerados como maravilhas de trabalho manual.

A Exposição de Guimarães veio pôr em evidência dois factos — a aptidão artística nacional e a incuria dos governos em todos os assuntos que dizem respeito às artes e à indústria.

São poucos todos os elogios que se fazem aos iniciadores da Exposição...

(Jornal do Comércio.)

Assim como esta Exposição, pelo eterno valor dos efeitos sonoros, pelo prestigio dos ornamentos, deslumbrou alguns vimezanenses, que só por ela se convenceram de que valor tem sido os serviços e os estudos da Sociedade Martins Sarmento no curto prazo da sua existência... também decerto o illustre sábio, que gere a pasta das obras públicas, ficara convencido de que para este centro produtor tam laborioso e enérgico não basta uma escola de desenho, mas é indispensável um quadro de estudos largamente desenvolvido; e que os industriais de Guimarães sejam sempre atendidos em todas as providências officiais tendentes ao aperfeiçoamento, ao robustecimento de faculdades profissionais.

Este notável certamen industrial, a mais brilhante festa de trabalho que terras de provincia teem produzido, foi, sob a direcção entusiástica e inteligentíssima do vimezanense dr. Alberto Sampaio, um acontecimento que vibrara como um protesto e como uma afirmação junto dos poderes públicos—reclamando então uma Escola Industrial para aprendizagem dos filhos deste velho burgo de proletários.

São, porém, decorridos 32 anos, e essa aspiração tam honesta quão legitima ainda está por satisfazer, se nos lembrarmos de que a Escola Industrial que ali existe não foi—positivamente não foi—aquella que então haviam sonhado os patriotas de 84.

ra D. Amélia a seu filho D. Manuel, dando isso então lugar a que os aulicos proclamassem esse gesto da ex rainha—como o sacrificio de Isaque a Moisés.

E' por isso que se conta na história dos reis um só exemplo de renúncia.

A FILOSOFIA DO EGOISMO

Houve sempre na filosofia um corrente doutrinarista procurando legitimar o utilitarismo de nossos actos e pensamentos. Essa corrente, acompanhando o intenso movimento especulativo que a positividade scientifica determinou nos estudos sociológicos, reforçou-se com a ascendência que imprópriamente, na moderna luta de interesses, assumiu a economia. O utilitarismo económico foi assim invadindo a filosofia e tentando impôr-se como norma da actividade humana, primeiro, como sistema filosófico, modernamente. A transição dava-se, naturalmente, nos povos que vivem sobretudo na indústria, os americanos, os ingleses, os alemães e, com effeito, o utilitarismo filosófico, embora filiado em conceitos de Pascal, de Spencer e de Kant, veio da América para a Inglaterra, ameaça a Alemanha e entrou já na Itália e em França, revestindo várias modalidades. Chama-se o pragmatismo, que, entre nós, é quase desconhecido, não sendo raro encontrar violentos protestos contra o modernismo, que é o pragmatismo religioso, em quem não sabe o que seja um ou outro, e do modernismo apenas fixou o nome por causa da guerra que, muito logicamente, lhe é movida pelo Papa. O pragmatismo, escreve um professor americano—«é um termo novo para designar o oportunismo filosófico;... em vez de regular as nossas concepções práticas do mundo segundo as concepções teóricas, quer regular as nossas concepções teóricas segundo as nossas concepções práticas... Isto é: em vez de abordar o estudo dos fenómenos sob um ponto de vista puramente objectivo, propõe-se fazer do finalissimo a pedra angular do edificio filosófico...» Consiste, portanto, o método pragmatista na observação da fenomenalidade utilitária para a posterior declaração das verdades filosóficas. Será verdade o que for útil, a verdade filosófica depende dos resultados práticos que derivam da acção dela. E para obstar à immediata discussão que levanta esta forma de raciocinar, o pragmatismo combate o racionalismo e combate, embora ande sempre ancostado às suas conclusões, o intellectualismo. «O pragmatismo é ao mesmo tempo uma orientação e uma teoria da verdade—escreve Bourdeau. Dando se, como o nome indica, por uma filosofia da acção, a sua attitude, absolutamente contrária ao intellectualismo, ao racionalismo, consiste em afastar-se dos primeiros principios, das ideas puras, para considerar somente as ultimas consequências, os fructos, os resultados... O pragmatismo nada tem de comum com o eclecticismo. Não é um sistema, é um método para resolver as questões filosóficas (outros dizem que é um método para nos furtarmos à filosofia)... O pragmatismo procura interpretar cada noção, examinando as suas consequências práticas. Se não há consequências práticas toda a discussão é inútil... Não podemos apreciar nem a sciência nem a religião senão pelas consequências. Para declararmos que um certo principio scientifico é verdadeiro carecemos de investigar se produz ou não vantagens práticas: e assim o principio será verdadeiro ou será falso; não podemos saber se Deus existe ou não existe nem tam pouco a sua existência nos interessa: mas, reconhecendo a necessidade pratica da religião, vamos afirmar que Deus existe. Sendo assim, o critério pragmatista essencialmente subjectivo ocasiona engraçadas incoerências: um tremor de terra será falso para os habitantes das povoações abaladas, porque o tre-

mor de terra lhes foi prejudicial e será verdadeiro para o gatuno que, aproveitando-se da horrrosa confusão, andou roubando por entre os escombros. Também os pragmatistas são os primeiros a dar um lugar importante ao temperamento. E' que a filosofia pragmatista, além da filiação económica, inspirou-se nos lamentáveis excessos de alguns psicologistas. Realmente, habituados ao estudo das faculdades humanas, esses psicólogos, a quem faltava uma norma filosófica, caíram no erro de dar uma importância extrema, para cada acto do individuo, a actuação do temperamento liberato de toda a influencia social. Se uns justificavam o crime como integrando-se no temperamento do criminoso, outros, embora bem intencionados, podem vir a justificá-lo perante a filosofia (!), isto é: perante a falsa filosofia, como sendo necessariamente útil e portanto verdadeiro para o criminoso. Pragmaticamente tudo pode ser verdadeiro e tudo pode ser falso, a justiça, a devassidão, a verdade, a beleza e a hipocrisia são coisas no commercio, adequadas às diferentes necessidades do diferente temperamento de cada um. E' certo que o pragmatismo exerce, todavia, uma pequena acção benéfica: é como um purgante dos sistemas filosóficos. Como o positivismo condena a tarefa inútil, em que tantas intelligências se prodigalizaram, da investigação metafisica. Mas restringe a filosofia à fenomenalidade utilitária e evidentemente nem tudo o que é útil é verdadeiro, nem só é verdadeiro o que é útil. E' a filosofia do egoismo, mas do egoismo forte de povos que trabalham e não a filosofia sentimentalista dos povos ignorantes, que não são menos egoistas. E' o egoismo consciente e norteado e, sob certo aspecto, esse egoismo pôde ser útil socialmente.

Eduardo d'Almeida.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque — Recebemos um exemplar do *Almanaque de Fafe*, que é publicação de iniciativa do nosso colega «Desforço» daquela vila. Interessa sobremaneira a localidade pelos múltiplos assuntos que trata, sendo nosso parecer que o devem comprar todos quantos pelos progressos da linda vila se interessam, pois é ainda uma obra de estímulo bairrista, devendo por isso mesmo ser ajudada e acolhida com carinho.

«Questão do Salto» — Da Câmara Municipal de Cabeceiras recebemos um opúsculo onde pormenorizadamente se desenvolve uma questão de interesse para aquella terra—ou seja a anexação duma freguesia de Montalegre aos seus domínios concelhios.

A causa tem apenas contra si—o antagonismo do concelho letrado. Questão «bicuda», como se vê, e em que já nos debatemos, os de Guimarães.

1416-1916 — O illustre director da «Folha Nova», de Viana do Castelo, sr. João da Rocha, dirige à imprensa uma memoria elucidaativa da verdadeira data da abertura do caminho marítimo da Europa para a Índia, pedindo para ela a celebração do respectivo centenário. A sua memoria histórica é bem a obra dum estudioso e dum português, merecendo por isso a solidariedade de todas as sympatias.

Descanço das farmácias

Está aberta no próximo domingo a farmácia Alfredo Martins.

BOÊMIA JORNALÍSTICA

O PROGRESSO

Quem diz Progresso diz avanço.

Às vezes temos a impressão, falsa impressão, de que o Progresso negando-se, recua. Na realidade o Progresso não recua, pois que, a ter que provar-se tal absurdo, seria necessário admitir em primeiro lugar a hipótese de que o mundo não gira, de que a memória de Galileu não consente.

E' certo que, mercê do recontra entre uma lei dinâmica, que é o espirito de revolução, e uma força estática, que é o espirito de conservação, o Progresso tem as suas convulsões e os seus abalos; mas tais fenómenos não são mais do que crises, das quais este sai alfim vitorioso.

Estas crises podem demarcar um periodo largo; mas não cessa o Progresso por esse facto, antes devemos acordar em que é nessas suas curvas sísmicas que elle completa a gestação da sua obra de reforma.

A sua acção motora reside no pensamento humano e este que «nunca de cançou nem há de descansar», reproduz-se e completa-se por uma forma pratica e conjunta da Sciência e do Trabalho—as únicas forças vivas do homem em face do mundo social.

Sucede porém que, no presente modo de ser das sociedades constituidas, a *reagente* força é antes o dinheiro, facto este que transforma o fim primacial do Progresso.

E se não, veja-se: O Progresso com todo o seu cortejo de invenções maravilhosas substituindo os peizados instrumentos do trabalho pela mecânica, pelo vapor, pela electricidade, pelo rádio; conseguindo por uma simples combinação de rodas e volantes poupar estorço e ganhar tempo; o Progresso que é um grande, um enorme auxiliar do trabalho; um grande, um enorme amigo do homem, porque lhe dá comodidades, porque lhe dá a soberania dos ventos, o triunfo dos mares, o segredo do impossível; o Progresso dizia eu, é ainda escravo do dinheiro, porque, (e isto é o cúmulo!) é ao serviço dos capitalistas que elle primeiro está, visto serem estes quem lhe adquirem mais directamente as vantagens, comprando-o e vendendo-o... à medida dos seus exclusivos interesses.

Mas o Progresso não é somente industrial; é também e principalmente moral, e, se nos vemos que o Progresso é ainda uma força que se desvia do bem geral da colectividade para se tornar um elemento de exploração operária, é porque o avanço da moral não tem seguido em paralelo o avanço industrial que elle melhor serve.

Desta flagrante distancia entre a inovação e a applicação, resulta de relance ver-se que, quanto mais caminhamos, mais vemos que temos de caminhar...

Que por tal facto o Progresso seja um mal não o diremos.

Reconheçamos antes a imperiosa necessidade, a absoluta necessidade de remodelar todos os sistemas anacrónicos desta maquiavélica sociedade, para que as *etapes* de transição não nos encontrem de todo desprevenidos... esmagando-nos pelo choque da resaca.

Só depois o Progresso atingirá o seu zenit—a Civilização.

C.

Aniversário—Passa hoje o aniversário natalicio do nosso amigo sr. Abel de Vasconcelos Cardoso, director da Escola Industrial «Francisco de Holanda».

Cumprimentos affectuosos.

Civilizados e selvagens

*As guerras dos selvagens são sinceras;
Caim matou Abél, e foi-se embora;
Foi-se, deixando um lauto bôdo às feras.
Sim, o bárbaro mata, mas não chora,
Não, como o jacaré;
Hippócrito não é...*

*Mas guerras... filantrópicas,—na Europa!
É verdade que morre imensa tropa;
E então?—Para morrer nasce a canalha.
Morre mais gente numa só batalha
Do que em dúzias de guerras de selvagens;
Pois sim; mas há grandíssimas vantagens:
Barram-se os que morrem: quanto aos feridos,
Tratam-se; e ficam muito agradecidos,
Aos cirurgiões, aos generais e aos reis,
Quando, sofrendo amputações cruéis,
Lá se resta um braço, ou perna, um membro só.
Se lhes escapa a salvo a dextra, então
Abençoam com ela os benfeitores;
Que o poderem viver,—já são favores.*

*E os tais filósofos e os tais poetas,
Que se calam!—Não passam duns patetas;
Andam pregando a paz entre as nações,
Utopistas banais e ignorantes!
São da sentimental raça latina,
Que em sciências foi sempre—uma cretina!
Leram Moltke, o estratégico tam sábio,
Prudente e circunspecto como Fábio;
Diz êle no seu nobre estilo parco:
«Sem guerras este mundo fôra um charco!»
Nas guerras jogam-se destinos altos;
E são um bem... Então a lei de Malthus!
E a doutro sábio inglês: «struggle for life»?
Morte aos fracos! a murro, a tiro, a «knife»!
E de Bismarck: «la force prime, et cetera»?
Sublime lei, no espirito e na letra!
Faz que a sanha entre povos não se amaine...
Quizera ouvir outro alemão, o Heine,
Acêrca dêsse grance chanceler:
Que pena o pobre Henrique não viver!
Ele que disse do seu pátrio ninho,
E dos bons alemães,
O que Mafoda não disse do toicinho,
Como também dos cães...*

*Enfim, todos vocês, ó povos europeus,
Valem mais, já se vê, que as horitas... Ora adeus!*

Fernando Leal.

Parábola dos sete vimes

ERA uma vez um pai que tinha sete filhos. Quando estava para morrer, chamou-os todos sete e disse-lhes assim:—Filhos, já sei que não posso durar muito tempo; mas antes de morrer quero que cada um de vós me vá buscar um vime seco, e me traga aqui.

—Eu também?—perguntou o mais pequeno, que tinha só 4 anos. O mais velho tinha 25, e era um rapaz muito reforçado e o mais valente da freguesia.

—Tu também, respondeu o pai ao mais pequeno.

Sairam os sete filhos; e daí a pouco tornaram a voltar, trazendo cada um seu vime seco.

O pai pegou no vime que trouxe o filho mais velho, e entregou-o ao filho mais novo, dizendo-lhe:—Parte esse vime.

O pequeno partiu o vime, e não lhe custou nada a partir.

Dopois o pai entregou outro vime ao mesmo filho mais novo, e disse-lhe:—Agora parte também esse.

O pequeno partiu-o; e partiu um a um, todos os outros, que o pai lhe foi entregando, e não lhe custou nada partilos todos. Partido o último, o pai disse outra vez aos filhos.

—Agora ide por outro vime e trazei-mo.

Os filhos tornaram a sair, e daí a pouco estavam outra vez ao pé do pai, cada um com seu vime.

—Agora dai-mos cá, disse o pai.

E dos vimes todos fez um feixe atando-os com um vincelho. E voltando-se para o filho mais velho disse-lhe assim:—Toma esse feixe! Parte-o!

O filho empregou quanta força tinha, mas não foi capaz de partir o feixe.

—Não podes?—perguntou êle ao filho.

—Não, meu pai, não posso.

—E algum de vós é capaz de o partir? Experimental.

Não foi nenhum capaz de o partir, nem dois juntos, nem três, nem todos juntos.

O pai disse-lhes então:—Meus filhos, o mais pequeno de vós partiu sem lhe custar nada todos os vimes, enquanto os outros partiram um por um; e o mais velho de vós, não pôde partilos todos juntos; nem vós, todos juntos, fostes capazes de partir o feixe.

Pois bem, lembrai-vos disto e do que vos vou dizer: enquanto vós todos estiverdes unidos, como irmãos que sois, ninguém zombará de vós, nem vos fará mal, ou vencerá. Mas logo que vos separais, ou reino entre vós a desunião, facilmente sereis vencidos.

Acabou de dizer isto e morreu, e os filhos foram muito felizes, porque viveram sempre em boa irmandade, ajudando-se sempre uns aos outros; e como não houve forças que os desunissem, também nunca houve forças que os vencessem.

No livro «Os meus amores», Trind. Coelho.

Directório do Partido Republicano Português

O Directório lembra em circular a boa doutrina dos princípios. Mas... apenas em doutrina se ficará, estejamos certos. No distrito, por exemplo, há 5 anos que não existe comissão política. Cá no concelho só existem comissões paroquiais políticas na cidade.

Mas meditemos na... inclicca:

«A lei orgânica do Partido Republicano Português assenta estruturalmente na existência e regular funcionamento das comissões políticas de eleição, desseminaladas por todo o território da República. As comissões paroquiais, municipais e distritais, exercendo respectivamente as suas atribuições dentro de cada circunscrição administrativa, devem encontrar-se estreitamente relacionadas entre si, como órgãos que são de uma mesma função geral na vida partidária. E' assim que as comissões distritais compete, dentro do seu distrito, coordenar e dirigir a acção das comissões municipais e supereintender na organização e funcionamento do partido, de harmonia com as resoluções dos congressos, com as indicações do Directório e por iniciativa própria. As comissões municipais teem a seu cargo importantes atribuições de organização, já pelo que re-

peita ao recenseamento dos membros do partido e ao eleitorado no seu concelho, já pelo que interessa à organização das comissões paroquiais nas respectivas freguesias.

E as comissões paroquiais exercem na dinâmica de um partido essencialmente popular como é o Partido Republicano Português, importantes funções. São elas, nos termos da lei orgânica (art.º 3.º), quem regista no cadastro ou recenseamento da paróquia todas as adesões e actos de filiação partidária. A elas compete organizar o recenseamento do partido na sua freguesia e fiscalizar o recenseamento político, promovendo a inclusão dos correligionários nos cadernos eleitorais.

E' dentro da acção dêsstes organismos e sob a direcção suprema do Directório que se movimenta, disciplina e robustece toda a vida partidária.

Consequentemente o Directório, seguindo esta orientação, julga de seu dever recomendar instantaneamente a rigorosa observância da lei orgânica. Considera de absoluta necessidade que as comissões municipais se mantenham em permanentes relações com a respectiva comissão distrital, para facilitar a estas o trabalho de coordenação e direcção, bem como o da superintendência na organização e funcionamento do partido no seu distrito, em perfeita conformidade com as atribuições que lhes confere a mesma lei.

Pelo que respeita ao recensea-

mento ou cadastro do partido, lembra quanto às comissões paroquiais o que preceitua o artigo 51.º n.º 1 e 2, e quanto às comissões municipais o disposto no artigo 49.º n.º 2, esperando que elas observem integralmente êsses preceitos, sem o que o Directório não poderá coordenar o recenseamento geral, como lhe cumpre.

Também recomenda como absolutamente indispensável que se promova desde já a eleição das comissões políticas nas circunscrições onde ainda as não houver, e que se elejam novas comissões quanto aquelas que já findaram o seu biénio ou que não possam funcionar por impedimento dos seus membros, observando-se na parte applicável o disposto nos artigos 24.º a 29.º da mesma lei.

O Directório confia em que dareis immediato cumprimento a estas determinações e que procedereis com aquela dedicação partidária e boa vontade de que tendes dado sobejas provas, na certeza de que prestais um valiosissimo serviço ao partido, mantendo-o na sua forte organização, como convém aos superiores interesses da República.—O Directório.»

Noticias

Grande incêndio em Vizela—Por volta das 6 horas da passada terça-feira, foram chamados os socorros públicos para um violento incêndio que se havia manifestado na farmácia Nogueira, da vizinha povoação de Vizela. Immediatamente partiram para ali duas bombas puxadas a cavalos e dois automóveis repletos de bombeiros que, juntamente com os seus colegas de Vizela, trabalharam no serviço do rescaldo, pois o incêndio havia sido habilmente atacado.

O sr. José Pina, 2.º comandante, depois de explorar o rio, pôz uma bomba a trabalhar com absorvos e 200 metros de mangueira, demonstrando assim que a falta de água, que se fazia sentir nestes sinistros, pode ser debelada por esta forma.

Os prejuizos, segundo nos informam, elevam-se a 6 mil escudos.

Notas de 5000—Termina no dia 20 do corrente o prazo para a troca das notas de cinco escudos, a qual só se pode efectuar nas agências do Banco de Portugal.

Câmara Municipal—Por falta de numero de vereadores, não se efectuou a sessão da comissão executiva da Câmara Municipal.

Donativo—O nosso amigo, sr. dr. Eduardo de Almeida, cumprindo a vontade de seu saudoso pai, sr. Eduardo M. de Almeida, entregou ao sr. Manuel Ribeiro da Silva, presidente da Associação dos fabricantes de calçado, a quantia de 135000, para ser distribuída pelas seguintes colectividades, cabendo a cada uma 15000: Cortidores e Surradores, Fabricantes de Calçado, Quatro Artes de Construção Civil, Marceneiros e Artes Correlativas, Alfaiates e Costureiras, Indústria Têxtil, Agricultores e Lavradores, Metalúrgicos e Cuteleiros.

Legados—O «Diário do Governo» de ante-ontem publicou as portarias autorizando a Misericórdia de Guimarães a aceitar os legados de 100000 cada um, instituídos a seu favor por D. Maria da Conceição Pereira da Silva de Sousa Forjaz e José do Amaral Ferreira.

Necrologia—Faleceu em Santa Leocádia de Briteiros, o sr. Alberto Antunes Guimarães, de 25 anos de idade, filho do sr. conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, abastado capitalista ali residente, e irmão dos srs. dr. João Antunes Guimarães, dr. Justino Antunes Guimarães, Luis e Serafim Antunes Guimarães.

O seu funeral realizou-se ontem em S. Bento de Donim, assistindo ao mesmo os srs. presidentes da Câmara e dos Centros Republicanos, director da «Alvorada» e autoridade administrativa.

Também faleceu um filho do sr. João Vaz Cardoso, proprietário da Corredoura e senador municipal, fazendo-se a Câmara representar no funeral bem como a autoridade administrativa.

As famílias enlutadas as nossas sentidas condolências.

Festa da Arvore—Ficou organizada uma grande comissão para levar a effeito esta festa nacional. Vai ser elaborado o programa.

Hospital da Misericórdia—Nota do movimento de doentes no mês de Janeiro de 1916:

Doentes existentes no dia 31 de Dezembro: homens, 45; mulheres, 71; total, 116.

Entrados durante o mês: homens, 82; mulheres, 112; total, 194.

Saídos—curados: homens, 48; mulheres, 63; total, 111. Melhorados: homens, 19; mulheres, 32; total, 51. No mesmo estado: homens, 8; mulheres, 4; total, 12.

Falecidos: homens, 2; mulheres, 7; total, 9.

Existentes no fim do mês: homens, 50; mulheres, 77; total, 127.

Consultas no banco: homens, 171; mulheres, 252; total, 423.

Curativos no banco: homens, 252; mulheres, 242; total, 494.

Medicamentos concedidos a doentes pobres externos, gratis, 282.

Preços dos cereais

Os preços dos cereais no último mercado foram os seguintes:

Milho branco, o alqueire	70
" amarelo	68
" alvo	90
Centeio,	98
Feijão branco	80
" moleiro	10
" amarelo	80
" fradinho	100
Paingo	10
Batatas	80
Galinhas uma	50
Ovos dúzia	18

CASAS

Vendem-se duas na rua Francisco Agra (Santa Luzia) com os números 112 e 114. Trata-se na rua Nova do Comércio, 78.

Editos de 30 dias

(2.ª Publicação)

No Juizo de Direito da comarca de Guimarães, e cartório do escrivão, abaixo assinado, se processaram uns autos de acção de divórcio proposta por D. Tomásia do Carmo Barros, doméstica, do lugar da Mógada, freguesia de S. Clemente

de Sande, da mesma comarca, contra seu marido Joaquim Pereira Branco Júnior, ausente em parte incerta, sendo a final, por sentença de 22 de Novembro de 1915, a qual já transitou em julgado, decretado o divórcio e condenado o réu nas custas e selos do processo; e nos mesmos autos correm êditos de trinta dias, que começarão a contar-se após a segunda e última publicação dêsse anúncio, citando o referido Joaquim Pereira Branco Júnior, auzente em parte incerta, para no prazo de dez dias, posterior ao dos mesmos êditos, pagar a quantia de setenta e sete centavos e meio, importância de selos e custas contadas no aludido processo, e em divida a êste Juizo, ou nomear bens á penhora, suficientes para o pagamento daquela importância, sob pena de se devolver o direito de os nomear ao Magistrado do Ministério Público.

Guimarães, 29 de Janeiro de 1916.

Verifiquei a exactidão,

O Juiz de Direito,

Santos.

O escrivão do 4.º officio,

Joaquim Penafort Lisboa.

A Junta de Paróquia da freguesia de S. Sebastião de Guimarães:

Faz saber, para os devidos efeitos, que se acham patentes durante oito dias, em casa do tesoureiro da mesma, cidadão António Antunes de Castro, morador no largo do Trovador, desta freguesia, as contas paroquiais relativas ao ano findo, para que possam ser examinadas e contra elas de duzir-se qualquer reclamação.

Sala das sessões da junta, 1 de Fevereiro de 1916.

O presidente,

José de Oliveira Meira.

Machinas de Costura "Singer", e outras marcas

Vendem-se a 500 réis semanaes ou a dinheiro, com grandes descontos, em Guimarães

Benjamim de Matos

com estabelecimento de fazendas, bicycletas e seus accessorios.

TOURAL, 105.



Casa Penhorista Vimaranesense

Fundada em 1880

Propriedade de **PEIXOTO & ROCHA**

Legalmente habilitados

Operações sobre valores de ouro, prata, platina, pedras preciosas e papeis de crédito

Rua da República, 144—GUIMARÃES

OS JESUITAS (1)

O seu catecismo

A *Mónita Secreta* é o catecismo secreto dos Jesuitas, que, interessados nisso, tem negado o texto respectivo.

Este documento foi coleccionado sobre o manuscrito latino proveniente da successão do padre Brothier, último bibliotecário dos jesuitas de Paris antes da revolução, e está conforme a edição de Paderborn de 1661, assim como ao manuscrito autêntico que se encontra nos arquivos do reino da Bélgica, no palácio da justiça de Bruxelas, sob o seguinte título:

Secreta mónita ou avis secrets de la Société de Jésus (2).

Eis a história deste manuscrito, ao qual falta uma folha, e que está catalogado sob o número 730.

Por ocasião da expulsão dos jesuitas, em 1773, esta ordem possuía nos Países Baixos, entre diversas propriedades importantes, um colégio em Ruremonde, provincia do Limburgo holandês. O governo nomeou uma comissão para tratar da liquidação dos bens da Companhia, e o conselheiro Zuytgens foi enviado especialmente a Ruremonde, a fim de proceder ao inventário.

Sendo, porém, suspeito de pretender, por complacência para com os padres, esconder certos livros, recebeu da Comissão or-

dem expressa para remeter imediatamente e sem excepção todos e quaisquer papeis. Entre elles foi encontrado o manuscrito da *Mónita Secreta*.

A prova de tudo isto acha-se nos arquivos de Bruxelas, no *Protocolo das deliberações do comité estabelecido para tratar dos negócios resultantes da supressão da Sociedade dos Jesuitas, nos Países Baixos*.

A *Mónita Secreta* divide-se em capítulos, dos quais vamos, em resumo, dar as principais instruções:

CAPITULO PRIMEIRO

Para captarem as simpatias dos habitantes da povoação em que pretendem estabelecer-se (os jesuitas) torna-se necessário praticar actos da maior humildade, visitando os pobres, os aflitos, os presos, fazendo-se amar pela prática de acções caritativas, dando esmolas aos pobres; não adquirir terreno senão a título de empréstimo e extorquir às viúvas ricas as maiores somas, fazendo-lhes ver a sua extrema necessidade.

CAPITULO SEGUNDO

Travar relações com as pessoas principais da povoação e animá-las, mesmo nas suas acções odiosas, para depois se fazerem seus protectores e aliados; captar as graças dos príncipes e dos seus criados, oferecendo a estes pequenas ddividas para conhecerem as inclinações dos amos; descobrir os pensamentos mais secretos das famílias por meio das criadas de quarto.

CAPITULO TERCEIRO

Procurar a protecção dos poderosos, empregando-a contra os inimigos da Companhia e servir-se, em segredo ou tacitamente, dos nomes dos grandes na aquisição de bens temporais.

CAPITULO QUARTO

Não se intrometer nos negócios públicos, metendo porém neles amigos dedicados e poderosos; pesquisar e publicar com prudência as faltas dos outros religiosos, fazendo opposição áqueles que pretendam fundar escolas para instruir a juventude.

CAPITULO QUINTO

Evitar a instalação das escolas estranhas á Companhia, a quem deve ser

exclusivamente confiada a mocidade, fazendo-se crer aos príncipes e aos magistrados, que só o seu ensino evitará a perturbação dos estados.

CAPITULO SEXTO

Escolher, para visitar as viúvas, padres de uma compleição viva e de conversação agradável; afastar as viúvas da vida mundana, modificando prudentemente a direcção da sua casa, fazendo com que pouco a pouco se vão despedindo os seus criados para serem substituídos por outros dedicados á Companhia; aconselhá-las a que se vão confessar amudadas vezes para irem conhecendo o seu modo de pensar; defender as vantagens do estado de viuvez e mostrar os inconvenientes do casamento, propondo-lhes pretendentes que sabem que as viúvas odeiam, calculando aquelles que lhes pretendem agradar e impelindo o convívio com os homens.

CAPITULO SÉTIMO

Habituar as viúvas a darem todas as semanas uma esmola para Jesus Cristo, para a Virgem Santa, para outro qualquer santo ou igreja, «até que sejam inteiramente despojadas das primicias e despojos do Egipto», deixando-as entrar no jardim e no colégio, contanto que isso se faça secretamente, permitindo-lhes que se recreiem em segredo com aquelles que mais lhe agradarem.

Se fizerem voto de castidade, que o renovem duas vezes por ano, segundo o nosso hábito, concedendo-lhes nesses dias um recreio honesto com os nossos; trata-las com meiguice nas confissões e fazer com que elas deixem de visitar as outras igrejas e governar-lhes a casa em segredo. Os confessores deverão guiá-las de forma que paguem ordinariamente penções e tributos anuais às casas prefezas, para que prodigam, especialmente á casa professa de Roma, saldando-lhes as dívidas.

CAPITULO OITAVO

Aconselhar as mães a que recusem aos filhos vestidos luxuosos, mostrando-lhes as dificuldades do casamento e os encantos do celibato, conduzindo-as por forma que façam aborrecer as filhas de viverem com as mães e pensem em se fazerem religiosas, praticando o mesmo com respeito aos filhos.

CAPITULO NONO

Os confessores dos poderosos, dos reis, das viúvas, não devem deixar escapar ocasião alguma de adquirirem bens temporais e recebê-los logo que lhes sejam oferecidos; indagarão dos penitentes o seu nome, a sua família, os seus parentes, os seus amigos e a sua fortuna; informar-se-hão das suas successões, do seu estado, das suas in-

tenções e resoluções; torná-los-hão favoráveis á Companhia, fazendo o mesmo com os burguezes ricos e casados sem filhos, dos quais pode vir a ser herdeira. Quando um confessor encontrar uma penitente de fortuna avisará logo o reitor e procurará por todos os meios captar-lhe as simpatias. Quando um individuo tiver um filho único, deve inspirar-se a este toda a sorte de receios de seus pais, mostrando-lhe quanto seria agradável a Deus o sacrificio de abandonar o lar doméstico, ás ocultas dos pais. Conseguido isto, enviá-lo-hão para um noviciado muito afastado, prevenindo o Geral. Induzir as viúvas e outras personagens importantes a dar toda a sua fortuna á Companhia, reservando-se unicamente o usufruto.

Ter médicos dedicados junto dos enfermos para que sejam chamados nos ultimos momentos.

Dizer ás mulheres casadas que lastimam a vida desregrada de seus maridos, que podem ceder em segredo algumas somas para expiar os pecados de seus maridos e obter do céu o seu perdão.

CAPITULO DÉCIMO

Despedir da Companhia qualquer individuo que mostre mais afeição á sua familia do que á Companhia, despedindo igualmente todos os outros que mostrarem escrupulo em adquirir bens para ella.

CAPITULO DÉCIMO PRIMEIRO

A alcançar daqueles que são despedidos a promessa escrita ou por meio de juramento que jamais dirão ou escreverão coisa que prejudique a Companhia; escrever a todos os colegas, maldizendo os que tiverem de ser despedidos, «exagerando os motivos do seu afastamento»; espionar e tornar público tudo o que apurarem contra eles. Se, porém, não praticarem actos dignos de repreensão, deverão atenuar por meio de discursos tudo o que puderem fazer digno de louvor.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

Conservar na Companhia os confessores dos grandes e todos aquelles que conheçam segredos, assim como os velhos que servirão para contar aos superiores as faltas que notarem entre os outros, afim de se evitar a má reputação da Companhia. Igualmente serão

conservados os homens ricos até ao momento em que se resolvam a fazer doação de toda a sua fortuna á Companhia, que não lhes deve recusar coisa alguma, mas logo que a doação seja um facto, começarão a mortificá-los como aos outros».

CAPITULO DÉCIMO TERCEIRO

Escolher os mancebos espirituosos, elegantes, nobres e ricos, rodeá-los de uma particular afeição, mostrando-lhes quanto a Deus é agradável que lhe consagrem a sua vida com tudo que possuem, ao mesmo tempo que lhes vão oferecendo algumas dádivas e, se não obedecem ao chamamento divino, então amedrontá-los com as penas eternas.

Advertir-lhes de que não devem participar a sua vocação a nenhum dos seus amigos, nem a seus próprios pais, enquanto não derem entrada na Companhia, separar os filhos de suas familias, mandando-os para universidades longinquas.

CAPITULO DÉCIMO QUARTO

Afastar da Companhia todo aquelle que alguma vez tenha praticado algum mau acto contra ella, contra a sua honra ou proveito proprio. Se um confessor souber, por pessoas estranhas que se cometeram actos vergonhosos com alguma pessoa da Companhia, não deve absolvê-las sem que primeiro digam o nome daquelle com quem pecaram e, dizendo-o, fazê-las jurar que nunca o dirão a ninguém, sem que a Companhia lho consinta. Se dois jesuitas tiverem pecado, por obris, contra a castidade, aquelle que o declarar primeiramente será conservado na Companhia, sendo o outro expulso. Maltratar todo aquelle que se tenha em vista expulsar, collocando-o sob as vistas de superiores severos, que o afastem de funções honorosas até que comece a murmurar; caluniá-lo, censurá-lo, dar-lhe rudes castigos, humilhá-lo em publico, apresentando-o como um individuo pernicioso á Companhia.

CAPITULO DÉCIMO QUINTO

Procurar as confissões das religiosas pois que as abadessas ricas e nobres podem servir de grande auxilio á Companhia, tanto por si como por seus amigos e parentes.

A MAIS ECONÓMICA,
A MAIS MODERNA
A QUE REUNE
TODOS OS



APERFEIÇOA-
MENTOS,
A MAIS
SOLIDA

1 Watt por vela
5 a 100 velas
110 volts

1 Watt por vela
10 a 100 velas
220 volts

1 1/2 Watt por vela
110 e 220 volts
10 a 6.000 velas

Peçam em toda a parte a lâmpada
"SERENA,"



ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura

Preço das publicações

Ano	1\$200 rs.
Semestre	600 "
Brazil, ano (moeda forte)	2\$500 "
Número avulso	30 "

Anuncios e comunicados, por linha	40 rs.
Repetição, por linha	20 "
Permanentes, contracto convencional.	
Anuncios, não judiciaes, para os ars. assinantes 25 % de abatimento.	

ALVORADA

Ao Cidadão

(1) Estudo escrito por A. Andrei, em seguida á revolução de 1870 e numa ocasião em que os Jesuitas mais trabalhavam para fazer da França o seu *Albergue*.

(2) Nota do tradutor: «O dr. Melo de Moraes, afirma na sua *Corografia Histórica do Império do Brasil*, que na biblioteca do Rio de Janeiro existe um autografo da *Mónita Secreta*, que o padre Frei Caminho do Monte diz ter sido encontrado no colégio dos padres da Companhia, em Lisboa, no ano de 1759.»